

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/06/2014 a 30/06/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Povos tradicionais fazem greve de fome em Brasília por criação de reserva – Site do MST. 04/04/2014.....	5
Ministro da Justiça afirma que governo estuda melhoria na instrução dos processos de demarcação de terras indígenas – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos fundiários. 05/06/2014.....	5
Congresso promulga Emenda do trabalho escravo. Raquel Ulhôa – Valor Econômico, Agronegócios. 05/06/2014	6
Depois de 36 horas geraizeiros suspendem a greve de fome e sede – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 06/06/2014.....	8
Incrá cria assentamento na fazenda Bacaba, em São Miguel do Araguaia (GO) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/06/2014....	9
Índios protestam contra ruralistas em São Paulo. Redação – Site da Carta Capital, Sociedade. 06/06/2014	9
Organizações indígenas se negam a participar de audiências da PEC 215 – Site do MST. 06/06/2014.....	10
Terras onde houver trabalho escravo pode ser expropriada. Sandra Manfrini – O Estado de São Paulo, Política. 06/06/2014.....	12
Presidente do Incra visita nova área incorporada à reforma agrária em Sidrolândia (MS) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/06/2014.....	12
Incrá de Marabá diz ter 'lavado as mãos' e que não atuará contra o latifúndio. Márcio Zonta – Site do MST. 10/06/2014.....	13
Incrá/PB avalia implantação de sistema de monitoramento de assentamentos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/06/2014	15
Sem Terra reocupam fazenda grilada e com práticas de trabalho escravo, em TO – Site do MST. 10/06/2014	16
Incrá inicia relatório técnico de comunidade quilombola no Recôncavo Baiano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/06/2014..	17
Reserva Extrativista no Ceará celebra cinco anos de criação – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/06/2014.....	17
Confisco de terras requer explicação 'melhor', diz especialista sobre PEC – Site do MST. 11/06/2014.....	18
MST tranca rodovia no RJ e denuncia lentidão na desapropriação de fazenda. Vanessa Ramos – Site do MST. 11/06/2014.....	19

Governo Federal adia acordo entre indígenas e produtores rurais de Mato Grosso do Sul – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos fundiários. 12/06/2014.....	20
Índigena estende faixa por demarcação na abertura da Copa. Piero Locatelli – Site da Carta Capital, Sociedade. 13/06/2014.....	21
Com pressão de Kátia Abreu, DNIT pede demolição de acampamento em TO – Site do MST. 13/06/2014	22
Pequenas propriedades dominam menos de 1/4 da terra agrícola mundial – Site do MST. 13/06/2014.....	23
MST ocupa terra grilada 29 anos após primeira ocupação em Abelardo Luz. Juliana Adriano – Site do MST. 13/06/2014	24
Editorial: Combater a escravidão. Editorial – Folha de São Paulo, Opinião. 13/06/2014.....	25
Trabalho escravo: a batalha pela dignidade está longe do fim. Leonardo Sakamoto – Site do MST. 16/06/2014	26
Famílias desintrusadas da Terra Indígena Marãiwatsédé recebem benefício do Minha Casa Minha Vida – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/06/2014.....	27
Sem-terra seguem por rodovia para manifestações em SP. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Geral. 17/06/2014	28
FAEA tenta impedir invasões em terras produtivas de Boca do Acre – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos fundiários. 18/06/2014.....	28
MST conquista a criação de novo assentamento no Rio Grande do Sul – Site do MST. 20/06/2014.....	30
Rio Grande do Sul conta com mais dois projetos de assentamento – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/06/2014.....	31
Funai deve ser multada em mais de R\$ 1,7 mi por não demarcar terras indígenas – Site do MST. 25/06/2014	33
Incra/MS cumpre imissão em posse de três imóveis na comunidade quilombola Furnas do Dionísio – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/06/2014.....	34
Incra titula 334 assentados de Brasiléia (AC) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/06/2014.....	35
Incra pede reintegração de posse de sua sede em Brasília. Agência Brasil – Valor Econômico, Agronegócios. 25/06/2014	36
MPF recomenda regularização das terras ocupadas pela comunidade de Retireiros do Araguaia (MT) – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 27/06/2014.....	36

MDA continua a gerir regularização na Amazônia Legal. Luci Ribeiro – O Estado de São Paulo, Geral. 27/06/2014 37

Povos tradicionais fazem greve de fome em Brasília por criação de reserva – Site do MST. 04/04/2014

Da CPT

Cerca de 110 integrantes de comunidades tradicionais das serras e planaltos de Minas Gerais chegaram a Brasília (DF), na manhã desta quarta-feira, 4, para iniciar greve de fome e sede na Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios.

O protesto reivindica a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes dos Gerais.

A mobilização começou com uma visita dos manifestantes à Catedral de Brasília. Na sequência o grupo saiu em passeata ao Ministério do Meio Ambiente e de lá foram para a Praça dos Três Poderes, onde será erguido um acampamento.

O povo indígena Xakriabá, em luta pela demarcação de terras tradicionais, apóia a luta e enviou representantes.

Conforme as lideranças, o movimento exige que o Estado os reconheça de fato como comunidades tradicionais e garanta os direitos a elas reservados. Alguns destes grupos vivem a 1.800 metros de altitude, onde cultivam e manejam de forma tradicional.

Nos últimos 12 anos passaram a denunciar com mais intensidade as dificuldades de manutenção das próprias formas de vida aliadas à defesa do meio ambiente.

Os relatos de violências praticadas por fazendeiros e invasores das terras se somam à ausência de providências do governo federal para impedir a destruição do meio ambiente e das populações tradicionais, compostas por geraizeiros, apanhadores de flores sempre-vivas, vazanteiros, veredeiros, catingueiros, quilombolas e indígenas.

Ministro da Justiça afirma que governo estuda melhoria na instrução dos processos de demarcação de terras indígenas – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos fundiários. 05/06/2014

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou nesta quarta-feira, na Câmara dos Deputados, que o governo reconhece a necessidade de melhorar a instrução dos processos de demarcação de terras indígenas. Em audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), ele também admitiu que a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão responsável pelos laudos antropológicos nas demarcações, precisa ser melhor estruturada. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defende que outros órgãos do governo, assim como o Congresso Nacional, sejam ouvidos em futuras demarcações.

O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, também participou da audiência, convocada para que ambos prestassem esclarecimentos sobre o assassinato dos agricultores Alcemar, de 41 anos, e Anderson de Souza, de 26 anos. Os irmãos foram brutalmente assassinados no dia 28 de abril no município gaúcho de

Faxinalzinho, no Rio Grande do Sul. Os três índios suspeitos de cometer o crime estão presos.

Segundo Carvalho, grande parte das terras indígenas do país já foram demarcadas. As áreas que ainda estão em processo de demarcação foram ocupadas ao longo do processo de colonização do território brasileiro e envolvem direitos conflitantes. “Muitas dessas áreas foram reconhecidas pela Funai, mas o próprio Estado brasileiro levou agricultores para ocupar essas terras”, ressaltou, reconhecendo o apego afetivo dos agricultores por estas áreas. O ministro citou como exemplo os atuais conflitos no Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Na audiência, Cardozo defendeu o uso da mediação como forma de evitar conflitos entre agricultores e índios. “A mediação é a única saída viável para evitar que a solução dos conflitos venha por via judicial, o que poderia resultar em anos de espera até a decisão final”, afirmou. O ministro reconheceu, no entanto, a dificuldade de se encontrar uma solução jurídica que supere a falta de amparo legal para a indenização de produtores cujas áreas foram demarcadas pela Funai.

Os dois ministros também foram questionados sobre os conflitos decorrentes da demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia. Segundo Cardozo, a situação na região é tensa. Depois da morte de um agricultor, o conflito foi intensificado e fugiu ao controle do governo do estado.

O titular da Justiça lembrou, ainda, que a segurança na região é feita hoje por 800 homens da Força Nacional. Admitiu, por fim, que diante da impossibilidade de acordo, ele ainda deverá analisar a situação para definir o que vai e o que não vai ser demarcado na região. A área, identificada pela Funai, em 2009, tem 47.376 hectares e inclui assentamentos da reforma agrária, além de pequenas propriedades.

Congresso promulga Emenda do trabalho escravo. Raquel Ulhôa – Valor Econômico, Agronegócios. 05/06/2014

BRASILIA - A Emenda Constitucional que determina o confisco de propriedades rurais e urbanas do país nas quais for explorado o trabalho escravo - e sua destinação à reforma agrária ou a programas habitacionais - foi promulgada pelo Congresso Nacional, em sessão realizada nesta quinta-feira. A Emenda faz uma alteração no artigo 243 da Constituição, que já prevê a expropriação de áreas em que são encontradas plantações de psicotrópicos.

Com a promulgação, a Emenda entra em vigor, mas não é autoaplicável. As expropriações dependem de regulamentação, que o texto determina que elas sejam feitas de acordo com a lei. Essa ressalva preocupa os defensores da proposta, porque pode ser usada pelos ruralistas para protelar o início da sua vigência e para restringir as práticas que serão definidas como trabalho escravo.

Projeto de lei propondo uma regulamentação da Emenda já está tramitando no Senado Federal. Nela, o trabalho escravo é definido como submissão a trabalho forçado, sob ameaça de punição e com uso de coação ou com restrição da liberdade pessoal. Também deve haver retenção no local de trabalho, vigilância ostensiva, apropriação de documentos do trabalhador.

O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), não incluiu, na definição de trabalho escravo, jornada exaustiva e trabalho degradante. Segundo ele, o Congresso não pode aprovar “uma lei genérica, que daria a um fiscal do trabalho poder de enquadrar uma propriedade como local de exploração do trabalho escravo e tirar a propriedade de alguém”. Jucá disse que infração trabalhista não pode ser considerada trabalho escravo.

O presidente do Senado e do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou, durante a sessão de promulgação, que dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que existem pelo menos 20 milhões de pessoas submetidas a trabalho forçado em todo o mundo, boa parte na América Latina. Desse universo, 90% estaria na iniciativa privada.

Participaram da sessão do Congresso a atriz Letícia Sabatella, a cantora Alcione _que, a convite de Renan, cantou durante o evento_ e quatro ministros: Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário), Ideli Salvatti (Direitos Humanos), Eleonora Menicucci (Políticas para as Mulheres) e Luiza Bairros (Políticas de Promoção da Igualdade Racial). Também est avam presentes o primeiro signatário da PEC, o ex-senador Ademir Andrade (PSB-PA), e o deputado Paulo Rocha (PT-PA), autor da primeira proposta apresentada na Câmara determinando a expropriação de terras em que houver trabalho escravo.

Logo depois da cerimônia de promulgação, a ministra Ideli Salvatti declarou que o governo “não vai admitir” mudança no conceito de trabalho análogo à escravidão. “Não vamos admitir, o Brasil não admite, a sociedade não admite retrocesso na regulamentação. Não tiraremos da legislação do trabalho escravo aquilo que a lei prevê: o trabalho exaustivo, a jornada exaustiva, o impedir de ir e vir, o trabalho degradante. Isso está consagrado na legislação brasileira”, frisou a ministra.

Segundo ela, a expropriação só ocorrerá depois de decisão judicial, observado o amplo direito de defesa. “A regulamentação [da emenda] determinará os procedimentos, até porque não há expropriação automática. Então, aquele argumento de que é preciso regulamentar [o conceito de trabalho escravo] para não ficar submetido à opinião de um único fiscal do trabalho, não irá vigorar. Vai haver o direito de defesa e só depois a expropriação do bem, da terra ou da propriedade”, disse Ideli.

Mais cedo a ministra disse que o projeto de lei do Senado (PLS) 432/2013, da forma como está, não pode ser aprovado. O texto de regulamentação proposto pelo governo inclui entre as condições que podem constituir trabalho forçado a jornada exaustiva e as condições degradantes de trabalho, definições que não constam do texto original.

O PLS 432 tramita na Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação da Constituição do Senado e é relatado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Na última terça-feira, o relator rejeitou propostas de alteração, alegando que tais conceitos são subjetivos.

Para a ministra, no entanto, o conceito está presente no Código Penal Brasileiro. O Artigo 149 inclui as situações como condição análoga a de escravo e estabelece pena de reclusão de dois a oito anos para quem praticar o crime.

O texto proposto pelo governo prevê que a expropriação das terras onde sejam encontradas tais condições de trabalho não será automática. “Inicialmente o fiscal do Trabalho só notifica [a área]. Na regulamentação vai ficar explícito que isso [a expropriação] só se dá a partir do processo legal, com amplo direito de defesa”, explicou Ideli.

Depois de 36 horas geraizeiros suspendem a greve de fome e sede – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 06/06/2014

16 representantes de povos e comunidades tradicionais do cerrado que estavam em greve de fome e sede desde a última quarta-feira, 04 de junho, na praça dos Três Poderes, em Brasília (DF) suspenderam a greve de fome ontem a noite (05), após reunião com a ministra do meio ambiente, com a presença do Ministério Público Federal. Confira Nota dos geraizeiros:

Ontem (05), às 21horas, os grevistas decidiram interromper a greve de fome e sede, após o governo anunciar a assinatura, até quarta-feira (11/06/2014), do decreto de criação da RDS Nascentes dos Gerais. A Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira assumiu compromisso pessoal de acompanhar o processo, fazer todas as negociações necessárias, encaminhar a Casa Civil e negociar a agenda de assinatura do Decreto com a Presidenta Dilma Rouseff. No acordo feito, hoje pela manhã o processo seria levado pelo Roberto Vizontim, presidente do ICMBio para a Ministra do Meio Ambiente que convocaria força tarefa no Ministério para concluí-lo e encaminhá-lo a Casa Civil. Foi criado um observatório de monitoramento deste acordo, formado por pesquisadores e representantes de organizações residentes em Brasília.

A greve foi suspensa temporariamente. Os geraizeiros afirmam que, se necessário, retomarão a greve de sede e fome e voltarão a Brasília.

Agradecemos o apoio e solidariedade das organizações e pessoas de todo o Brasil, que se mobilizaram para enviar solicitação de posicionamento ao Ministério do Meio Ambiente. Agradecemos também a imprensa que deu ampla divulgação ao ato. A luta não termina aqui! Temos a certeza de que juntos, somos mais fortes.

MOVIMENTO GERAIZEIRO: GUARDIÃO DO CERRADO

Incra cria assentamento na fazenda Bacaba, em São Miguel do Araguaia (GO) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/06/2014

A Superintendência Regional do Incra em Goiás criou dois assentamentos da reforma agrária no estado, o Vasco Araújo, na antiga fazenda Bacaba, em São Miguel do Araguaia e o Padre Felipe Leddet, nos municípios de Goiás e Matrinchã. No total, 214 famílias de trabalhadores rurais sem terra serão beneficiadas.

Os assentamentos tiveram as portarias de criação publicadas hoje (6), no Diário Oficial da União. Felipe Leddet, de 1.499 hectares, foi criado no imóvel rural São José do Descanso e Amélia, localizado nas cidades de Goiás e Matrinchã. O imóvel foi desapropriado pelo Incra/GO por interesse social, com previsão de assentamento de 43 famílias.

Comboio

O Assentamento Vasco de Araújo será implantado pelo Incra na antiga fazenda Bacaba, em São Miguel do Araguaia e era aguardado pelas famílias há mais de 04 anos. A área, com 5.016 hectares, foi adquirida pela modalidade de compra e venda e tem capacidade para 171 famílias de trabalhadores rurais.

Marcos Kotta (foto), um dos futuros assentados do Vasco de Araújo, não esconde a felicidade de já estar na terra. “O dia do anúncio da posse dessa fazenda pelo Incra ficou marcado na minha história de vida e na das famílias acampadas por aqui há tanto tempo”, comemorou.

Ele compartilha o mesmo alívio das 170 famílias para quem “o sonho demorou demais a acontecer.” “Mas a espera não desanimou ninguém”, completa Kotta.

O anúncio da escrituração da fazenda Bacaba em nome do Incra foi comemorado com um comboio de famílias rumo à fazenda, onde se instalaram desde então, aguardando pela criação do assentamento.

Índios protestam contra ruralistas em São Paulo. Redação – Site da Carta Capital, Sociedade. 06/06/2014

Guaranis trancaram avenida contra a PEC 215, que passa a atribuição de demarcar terras ao Congresso Nacional

Indígenas guaranis realizaram nesta sexta-feira 2 em São Paulo um ato contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215. Defendida pelos deputados e senadores da bancada ruralista, a emenda tira do Executivo e dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de demarcar terras indígenas.

Cerca de 400 manifestantes estiveram presentes em frente à Assembleia Legislativa, onde ocorria uma audiência pública sobre o tema. Além dos indígenas, militantes do

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimento Passe Livre (MPL) e do do Comitê Popular da Copa apoiavam o ato.

Militantes fecharam a avenida Pedro Álvares Cabral carregando bonecos e cartazes com o rosto de políticos ligados ao agronegócio, como a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), presidente da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), e o Deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), que no início do ano foi eleito "Racista do Ano" pela ONG britânica SurvivalInternational.

O ato ocorre um dia depois que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) divulgar posicionamento explicando porque “nenhum dos povos indígenas do país se dispôs a participar e legitimar as referidas audiências”, que já passaram por seis estados diferentes.

Além do arquivamento da PEC 215, os indígenas pedem o fim de “todas as propostas do Congresso dos ruralistas que criminalizam e enfraquecem aqueles que lutam pela reforma agrária e por justiça no campo e na cidade.” Eles também reivindicam que o ministro da Fazenda, José Cardozo, assine as demarcações de terra das duas áreas dentro do município de São Paulo, Tenondé Porã e Jaraguá, além da suspensão do pedido de reintegração de posse nesta aldeia.

Organizações indígenas se negam a participar de audiências da PEC 215 – Site do MST. 06/06/2014

Do Cimi

Confira abaixo nota de diversas organizações indígenas afirmando que não participarão das audiências públicas da PEC 215, que pretende transferir para o Congresso a competência de demarcar as terras indígenas, usurpando uma prerrogativa constitucional do Poder Executivo:

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e as organizações indígenas e indigenistas, abaixo assinadas, se pronunciam publicamente afirmando que não participarão das audiências públicas convocadas pela Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000 da Câmara Federal.

A proposta tem a intenção de transferir para o Congresso Nacional a competência de demarcar as terras indígenas, usurpando uma prerrogativa constitucional do Poder Executivo. Pretende ainda atribuir ao Legislativo a titulação de terras quilombolas e a criação de unidades de conservação ambiental.

Tomamos esta decisão por entendermos que:

1. Os povos indígenas e suas organizações demonstram há anos, país afora, contrariedade à PEC 215/00, chegando a ocupar, no mês de abril de 2013, o plenário da Câmara Federal;

2. Mobilizados no período de 26 a 29 de maio de 2014 em Brasília, os povos indígenas mais uma vez tornaram público seu repúdio e reivindicaram do Presidente da Câmara Henrique Alves a não aprovação da PEC 215, que se comprometeu a não levar a votação a iniciativa enquanto não houver consenso.

3. Ainda em 2013, sob pressão da mobilização de abril, o Presidente Alves criou um Grupo de Trabalho Paritário formado por parlamentares e indígenas que emitiu relatório contra a PEC 215, considerada reiteradas vezes inconstitucional;

4. O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, por ocasião de mandado de segurança impetrado pela Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas deu parecer atestando a inconstitucionalidade da proposta;

5. O Ministério Público Federal também se pronunciou reafirmando a inconstitucionalidade da PEC 215; 6. Juristas, articulistas da imprensa, intelectuais, organizações e movimentos sociais, associações de profissões diversas, ambientalistas e quilombolas rejeitaram rotundamente a proposta.

Dessa forma, os povos indígenas e seus aliados já explicitaram há muito tempo o seu ponto de vista, pela rejeição da PEC 215/00, não só porque ela afeta uma regra jurídica fundamental: a divisão dos poderes, mas sobretudo porque busca suprimir o direito originário dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais reconhecido pela Constituição Federal de 1988.

Denunciamos, assim, que tais audiências respondem ainda às agendas eleitorais da bancada ruralista, que fazem delas palco de incitação ao ódio, à violência, o racismo e a discriminação contra os povos indígenas e outros segmentos da população como os quilombolas e os sem terra.

Por elas os parlamentares ruralistas tentam transformar a luta de um grupo minoritário de latifundiários contra demarcação das terras indígenas em plataforma política.

Nas audiências, tão logo destilam ódio e informações mentirosas para pequenos agricultores e à população do entorno dos territórios indígenas, gerando um clima de angústia, insegurança e medo, tais deputados se apresentam como defensores dos direitos destes agricultores no Congresso Nacional.

Seguimos com opinião contrária à PEC 215/00, assim como o STF, a PGR, o Executivo, setores do próprio Legislativo e da população brasileira, enquanto os autores e beneficiados pela proposta seguem a defendendo, visando unicamente seus interesses particulares.

Inadmissível é vermos parlamentares manipulando um instrumento constitucional de diálogo com o intuito de subtrair do procedimento democrático seu real fim e legitimar junto a sociedade o monólogo autoritário de quem sempre apostou no arbítrio. Não podemos participar deste ataque aos direitos indígenas e à Constituição.

Brasília – DF, 04 de junho de 2014.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPINSUL

Comissão Guarani Yvyrupa - CGY

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste – ARPINSUDESTE

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB

Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul

Grande Assembléia Guarani – AtyGuasu

Centro de Trabalho Indigenista - CTI

Conselho Indigenista Missionário - CIMI

Greenpeace

Instituto Socioambiental - ISA

Terras onde houver trabalho escravo pode ser expropriada. Sandra Manfrini – O Estado de São Paulo, Política. 06/06/2014

O Congresso Nacional promulgou a emenda constitucional nº 81, que fortalece o combate ao trabalho escravo. A emenda altera o artigo 243 da Constituição Federal, que determina que todas as propriedades rurais e urbanas em qualquer região do País onde forem encontradas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão "imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei".

Foi incluído nesse artigo a previsão de expropriação de terras onde ficar configurada a prática de trabalho escravo. A emenda ainda acrescenta que tais terras serão destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário. A alteração foi discutida durante 15 anos no Congresso e aprovada definitivamente pelo Senado, no último dia 27 de maio.

Presidente do Incra visita nova área incorporada à reforma agrária em Sidrolândia (MS) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/06/2014

O presidente do Incra, Carlos Guedes, Incra, o superintendente da autarquia em Mato Grosso do Sul, Celso Cestari Pinheiro, e o delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário no estado, Gerson Faccina, visitaram as famílias que aguardam assentamento na Fazenda Nazareth, no município de Sidrolândia. O Incra recebeu a posse do imóvel em 18 de dezembro passado, já realizou a demarcação dos lotes e o próximo passo será o sorteio que vai definir a distribuição das famílias na área de reforma agrária.

Nos próximos 20 dias está previsto o início da perfuração do poço artesiano que vai fornecer água potável às famílias, anunciou o superintendente regional. O projeto de saneamento é resultado de parceria com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Pinheiro confirmou, ainda, que será feito aditivo no contrato de prestação de assistência técnica para atender as famílias a serem assentadas no imóvel. Os projetos serão desenvolvidos com ênfase na agroecologia. Localizado a 60 quilômetros da capital do estado, Campo Grande, a área produzirá hortifrutigranjeiros e leite.

Carlos Guedes informou que a moradia será garantida pelo Minha Casa, Minha Vida e que o Incra vai articular políticas públicas que assegurem qualidade de vida para as famílias. "Trago uma mensagem de que o Incra vai fazer todos os investimentos necessários na Fazenda Nazareth, para que vocês façam o que sabem fazer: plantar, colher, oferecer alimentos para a população e desta forma, possam viver com dignidade".

Sala da Cidadania

O presidente do Incra e o superintendente regional da autarquia cumprem agenda em Mato Grosso do Sul. Nesta segunda-feira (09) à tarde, participam de cerimônia que marca a ampliação dos serviços da Sala da Cidadania em Sidrolândia. Também assinam acordo de cooperação técnica com a prefeitura de Dois Irmãos do Buriti para implantação da Sala da Cidadania, que amplia o acesso aos serviços prestados pelo Incra.

Nesta terça-feira (10), com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, o presidente do Incra participa da colheita do feijão e inaugura uma Sala da Cidadania no Complexo Itamarati, em Ponta Porã. Juntas, as três salas atenderão 50% das cinco mil famílias assentadas sul-mato-grossenses aptas a renegociar suas dívidas de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Incra de Marabá diz ter 'lavado as mãos' e que não atuará contra o latifúndio. Márcio Zonta – Site do MST. 10/06/2014

O Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Marabá, Eudério Coelho diz ter “lavado as mãos e que não atuará contra o latifúndio no Pará”.

Tal afirmação inusitada veio durante uma reunião entre Eudério Coelho e dirigentes nacional e estadual do MST no Pará, na tarde desta segunda-feira (9).

No encontro com o superintendente da região, os Sem Terra solicitavam a intervenção do Incra contra a ameaça de 40 pistoleiros que cercam o acampamento Hugo Chávez, na Fazenda Santa Tereza e Cosipar, ambas ocupadas no último domingo (8).

Ainda, no início da noite de ontem, após a reunião, quando avisado por telefone sobre o espancamento de um acampado e um carro incendiado pelos jagunços, apenas mencionou: “não sou polícia para atuar contra pistoleiros”.

“Ficamos estarecidos com o discurso de Eudério na reunião e depois no telefone. Como assim o Incra não vai intervir nas terras públicas e irregulares no Pará? Estranho, se essa é a tarefa do órgão”, protesta Maria Raimunda, dirigente do MST.

Pacto com fazendeiros

A investida dos fazendeiros e pistoleiros contra as famílias acampadas se deu, sobretudo, após declaração de Eudério Coelho na tarde de segunda-feira ao jornal Correio Brasiliense, de Brasília, afirmando que as propriedades não teriam nenhuma irregularidade nem degradação ambiental.

“Inspecionamos as duas áreas recentemente e verificamos que elas não têm problemas”, disse o superintendente ao periódico.

Além disso, conforme o próprio Eudério afirmou ao Correio, iria se reunir primeiro com os fazendeiros para depois conversar com uma comissão organizada pelas famílias acampadas.

“Vamos pedir que os Sem Terra deixem as duas fazendas. Eles saindo, vamos procurar conversar com os donos e verificar se eles têm interesse em vendê-las, pois não podemos simplesmente desapropriá-las”, declarou Coelho.

Para Francisco Moura da coordenação nacional do MST, aí estaria a pista para um futuro acordo tácito entre o Incra e os fazendeiros.

“Isso já está cheirando combinação entre o superintendente e os grileiros. Se ele afirma que a área é regularizada e não tem crime ambiental, os fazendeiros podem pedir o preço que quiserem ao órgão para desapropriação das fazendas”, argumenta.

Irregularidades

Na mesma tarde de ontem, o advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de Marabá, José Batista Afonso soltou uma nota desmentindo Eudério Coelho (Leia mais aqui).

O advogado constata que a Fazenda Santa Tereza é alvo de uma séria de irregularidades. Pois a área tinha uma condição estabelecida pelo Estado para concessão de afloramento, obrigando o foreiro a manter o extrativismo da castanha no local e a preservar a floresta nativa.

Fora isso, o domínio útil só poderia ser repassado a terceiros com a autorização de seu verdadeiro dono, o governo do estado.

Ocorre que o castanhal foi totalmente destruído para implantação de pastagem, descaracterizando sua finalidade de uso estabelecida na concessão e Nagib Mutran, no

ano de 2011, vendeu o castanhal para o fazendeiro Agostinho Roncetti, sem a devida autorização do Estado do Pará”, revela o advogado.

Além dessa trama ilegal, o imóvel rural ainda foi repassado a Rafael Saldanha sem a consulta do estado. Os distúrbios jurídicos cometidos pelos sucessivos fazendeiros, embora desconhecida por Eldério, é alvo de um processo do Ministério Público que tramita na Vara Agrária de Marabá.

“É de se considerar ainda que o imóvel foi desviado de sua função originária constante do Título de Aforamento, já que vem sendo usado basicamente para a criação de bovinos”, reclama o MP.

Batista define o que legalmente deveria ser feito nesse caso: “é obrigação do Estado do Pará retomar seu patrimônio e cumprir com o que estabelece a Constituição Federal no seu artigo 188: destinar o imóvel público para o assentamento de famílias sem terra”.

Com a fazenda da Siderúrgica Cosipar não é diferente, parte de quase dez mil hectares com plantação de eucalipto já foi utilizada para “esquentar” o carvão ilegal advindo de carvoarias clandestinas e usuárias de trabalho escravo.

Incra/PB avalia implantação de sistema de monitoramento de assentamentos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/06/2014

Técnicos da Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos do Incra/PB participaram, na última segunda-feira (9), na sede da autarquia em João Pessoa, de uma oficina de avaliação do Sistema de Informações, Gestão e Monitoramento de Assentamentos (Sigma). Implantado há um ano, o sistema já reúne 80% dos dados dos assentamentos paraibanos.

A ferramenta contém informações detalhadas de cada região, assentamentos e famílias que fazem parte da Reforma Agrária na Paraíba. Há dois meses, o Sigma tem servido como fonte de dados para o planejamento executivo da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates).

A oficina também serviu como nivelamento técnico para novos servidores do Incra/PB e novos técnicos de articulação das entidades prestadoras de assistência técnica em assentamentos da Paraíba. Eles receberam informações sobre a importância do Sigma, sua estrutura de dados e funcionalidade.

Planejamento

Para Valdivan Almeida, coordenador de Ações Territoriais do Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável (IDS), que atua como articulador nas áreas de assentamentos de equipes técnicas desde 2012 e é responsável pela implantação do sistema, a principal característica do Sigma é facilitar o planejamento das ações de assistência técnica nos assentamentos paraibanos.

“Serão disponibilizadas informações produtivas, como dados referentes à produção animal, vegetal e agrícola; informações econômicas, como renda familiar e produção de cada área; dados ambientais e recursos naturais; informações da comunidade, como infraestrutura; informações sociais, escolaridade dos assentados, estado civil, existência de assistência de saúde através do Programa de Saúde da Família (PSF), entre outras. Uma série de dados que servirá para vários campos de pesquisa”, afirmou Valdivan.

Entre os encaminhamentos do encontro estão a realização de oficinas de nivelamento técnico em cada núcleo territorial atendido pelas entidades que prestam assistência técnica aos assentados e a identificação de ajustes necessários na inserção de dados no sistema e na geração de relatórios informativos. Também ficou decidido que, no segundo semestre de 2014, será realizada uma campanha educativa junto às famílias assentadas para a apresentação do Sigma. "As famílias assentadas precisam saber para onde vão as informações prestadas e o que pode ser elaborado a partir da análise desses dados", explicou Valdivan.

Sem Terra reocupam fazenda grilada e com práticas de trabalho escravo, em TO – Site do MST. 10/06/2014

Após três anos de espera aguardando os desdobramentos do processo de desapropriação da fazenda Dom Augusto, no município de Porto Nacional - a 25 km de Palmas (TO) -, mais de 250 famílias do MST ocuparam novamente a área neste sábado (7).

Segundo o Movimento, na última vez em que a fazenda havia sido ocupada, em abril de 2011, sabia-se que a área tinha mais de 3 mil hectares. O suposto proprietário Alcides Rebeschini, entretanto, tinha apresentado um documento do Instituto de Terras do Estado do Tocantins (Itertins) com somente 1.200 hectares, no qual a justiça se baseou e expediu mandato de reintegração de posse em favor do fazendeiro.

A partir dessa ação do MST em conjunto com o Movimento dos Atingidos (MAB), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) iniciou um processo de desapropriação da fazenda Dom Augusto. Enquanto isso, os Sem Terra instalaram o Acampamento Sebastião Bezerra, às margens da rodovia TO-050.

Segundo o Incra, após três anos do processo em tramitação e análise, chegou a conclusão de que a fazenda Dom Augusto não tem documento que justifique o domínio legal da área. Em nota, o MST afirmou que se trata de uma "apropriação indevida, uma verdadeira grilagem de terras públicas da União e do governo do estado do Tocantins".

Os Sem Terra dizem querer chamar atenção das diversas esferas, instâncias e segmentos do poder público para que seja resolvido o problema do acampamento Sebastião Bezerra.

"O Movimento entende que não é justo ter tanta terra nesta situação, e as famílias permanecerem tanto tempo acampadas à beira da estrada. O MST vai à luta até para

conquistar esta terra, bem como outras áreas que estiverem com problema semelhante a este da fazenda Dom Augusto", continuou a nota.

Além dessa irregularidade, os Sem Terra também denunciam o fato da área já ter estado na lista suja do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por prática de trabalho escravo e ter processo por crimes ambientais. Em 2005, 100 trabalhadores foram encontrados na propriedade em situações análogas ao trabalho escravo e também.

Incra inicia relatório técnico de comunidade quilombola no Recôncavo Baiano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/06/2014

Mais um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de território quilombola será aberto pelo Incra na Bahia. A comunidade onde o estudo vai ser conduzido é a de Porto de Dom João, no município de São Francisco do Conde, no Recôncavo. O ato que marcará a abertura dos trabalhos ocorre nesta quarta-feira (11). Ao menos 60 famílias remanescentes de quilombo serão beneficiadas.

Com o Dom João, somam-se 46 RTIDs abertos pelo Serviço de Regularização de Territórios Quilombola do Incra no estado, sendo que 20 relatórios já foram concluídos.

O antropólogo Claudivan Soares será o responsável por começar a elaborar o documento do Dom João. “Trata-se de uma comunidade que vive da coleta de marisco”, afirma o antropólogo, baseando-se em visita feita ao local anteriormente.

Um ponto que chamou a atenção de Soares é o fato de as famílias abrirem os mariscos, acumularem as cascas em alguns locais na comunidade e darem a elas uma destinação incomum. “As famílias costumam moer as cascas e as fazem de cascalhos para melhorar as estradas vicinais de acesso à comunidade”, explica.

Atualmente, existem 219 processos de regularização de territórios quilombolas abertos na Superintendência do Incra na Bahia.

Reserva Extrativista no Ceará celebra cinco anos de criação – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/06/2014

A Reserva Extrativista (Resex) Prainha do Canto Verde, localizada em Beberibe, município litorâneo a 84 km de Fortaleza, comemora cinco anos de criação na última sexta-feira, 6. A Resex, beneficiada com créditos-instalação do Incra, celebrou a data com uma programação festiva que contou com a presença do Incra/CE.

Criada em 2008 para garantir o uso e a conservação dos recursos naturais renováveis utilizados pela população extrativista local. A reserva teve 151 famílias beneficiadas com o crédito Apoio Inicial do Incra, no valor de R\$ 3,2 mil por família, em um investimento de R\$ 483.200,00 na comunidade. Parte do recurso já foi aplicado, e serviu para a compra de equipamentos voltados ao turismo comunitário, como camas, colchões, ventiladores e frigobares, na instalação de poços e cacimbas nos quintais produtivos, e aquisição de instrumentos para pesca artesanal.

José Alberto de Lima Ferreira, uma das lideranças da comunidade, afirma que nos quintais produtivos, onde a pessoa instala sistemas de irrigação para plantar novas culturas, os resultados dos créditos virão no prazo máximo de 1 ano e meio. “Na questão da pesca, o retorno é quase imediato, porque o pescador artesanal, que tinha o sonho de ter seu barco, mesmo que pequeno, já começa a produzir na sua própria embarcação”, ressalta. Segundo ele, o turismo também ganha impulso à medida que algumas famílias compraram frigobar para atender os clientes.

Portaria Interministerial assinada em outubro de 2008 pelos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) permite reconhecer as famílias residentes em Resex como potenciais beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Portaria do Incra publicada em novembro de 2009 reconheceu as famílias de Prainha do Canto Verde como beneficiárias da política agrária da autarquia, através da concessão de créditos para apoio inicial, habitação e produção.

Palestra

O superintendente do Incra no Ceará, Roberto Gomes, fez uma palestra para as famílias durante a programação de aniversário da Resex. Ele explicou os benefícios da Medida Provisória 636/2013, que perdoa as dívidas em créditos acessados pelas famílias assentadas entre outubro de 1985 e 26 de dezembro de 2013, no valor até 10 mil, e abre renegociação acima desse teto com desconto de 80% para liquidação e de 50% para cada parcela paga até a data de vencimento definida. “Através da MP, que aguarda sanção da presidência, as famílias recuperam sua capacidade de acesso a novos créditos produtivos”, disse Gomes.

Ele também apresentou o novo modelo de financiamento produtivo da reforma agrária, com créditos liberados em ciclos de estruturação produtiva, com assistência técnica garantida e para cada família, que acessará o recurso através de um cartão bancário. Os valores terão bônus para pagamento que variam de 90% a 80% nos créditos do primeiro ciclo, o de estruturação, a 40% no ciclo de estruturação produtiva, terceiro ciclo.

Outros pontos tratados na palestra foi a construção e reforma de casas através do Minha Casa, Minha Vida Rural e o fortalecimento da política de assistência técnica e extensão rural com a criação da Agência Nacional (Anater) para prestação do serviço.

Confisco de terras requer explicação 'melhor', diz especialista sobre PEC – Site do MST. 11/06/2014

Da Redação RBA

Apesar de promulgada pelo Congresso Nacional, a PEC do trabalho escravo segue no enfrentamento de resistências da bancada ruralista na regulamentação da emenda constitucional. De acordo com o jornalista e diretor da ONG Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, especialista na cobertura do tema, a regulamentação é necessária para definir como será o processo de confisco de terras de quem utiliza trabalho escravo. No

entanto, representantes do agronegócio querem diminuir os casos em que se configura a situação. A reportagem foi ao ar na edição de ontem (10) do Seu Jornal, da TVT.

“A gente precisa explicar para a população como vai acontecer essa perda de terras. Se ela vai ser depois de um ato administrativo, de uma decisão judicial, se será de primeira ou segunda instância”, avalia Sakamoto.

A definição de trabalho escravo prevê quatro casos: trabalho forçado, servidão por dívida, condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva, mas a regulamentação proposta pela bancada ruralista pretende incluir apenas os dois primeiros casos.

“A bancada ruralista no Congresso Nacional quer diminuir os casos em que se configura trabalho escravo”, afirma o jornalista.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, desde 1995, ano em que os grupos móveis de fiscalização passaram a atuar no país, mais de 46 mil trabalhadores foram libertados de condições análogas à escravidão.

Para Leonardo Sakamoto, a PEC tem uma função "muito forte" de dissuadir pela não utilização do trabalho escravo. "Se você se utilizar de trabalho escravo no sentido de concorrência desleal, você vai perder dinheiro, você vai perder terra, então a PEC traz uma dissuasão."

MST tranca rodovia no RJ e denuncia lentidão na desapropriação de fazenda. Vanessa Ramos – Site do MST. 11/06/2014

Por volta das 4h45 desta quarta-feira (11), cerca de 100 trabalhadores do campo fecharam os dois trechos da BR-356, Campos-São João da Barra, na altura de Martins Lage, no Rio de Janeiro.

A iniciativa teve como objetivo pressionar o governo a realizar a desapropriação de uma das áreas das fazendas do complexo Cambayba, e assentar as 110 famílias do Acampamento Luiz Maranhão.

“O processo [de desapropriação] se arrasta há muito tempo, o que deixa as famílias em condições subumanas. Isso favorece os grandes proprietários de terras, com seu modelo agroexportador, e viabiliza o agronegócio e as empresas multinacionais, que dominam a agricultura brasileira. Nós, ficamos à mercê da sorte”, relatou Marcos Araújo, da direção nacional do MST.

Antônio Carlos, integrante do MST e acampado do Luiz Maranhão, lembrou que “a Universidade Federal Fluminense (UFF) analisou todos os poços artesianos existentes no acampamento e concluiu que a água consumida é imprópria pra consumo”.

Os acampados informaram que já pediram a todos os órgãos da prefeitura, inclusive à Empresa Municipal de Habitação Urbanização e Saneamento (EMHAB) de Campos, o fornecimento de água ao acampamento, mas não tiveram resposta.

O fechamento da rodovia durou aproximadamente três horas e meia, gerou um congestionamento de 20km, sentido São João da Barra-Campos. Os camponeses liberaram a pista por volta das 8h da manhã.

Impasse na justiça

De acordo com Ana Claudia Tavares, advogada do MST, o decreto para desapropriação da área foi publicado em novembro de 1998. Depois de comprovada a improdutividade da fazenda, por perícia judicial e sentença favorável ao seguimento do procedimento para desapropriação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) propôs a ação de desapropriação em 14 de fevereiro de 2013.

“Embora o juiz tenha prazo legal de 48 horas para julgar o pedido de imissão na posse do Incra, o juiz Vinicius Vieira Indarte negou o pedido de imissão em 23 de julho de 2013. O Incra recorreu e o processo está com a desembargadora Maria Helena Cisne pra julgar o recurso”, explicou a advogada.

Agora, as famílias aguardam uma posição do órgão federal e da justiça para a aceleração no processo de desapropriação.

Governo Federal adia acordo entre indígenas e produtores rurais de Mato Grosso do Sul – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos fundiários. 12/06/2014

O agendamento de uma nova reunião para tratar com os advogados dos produtores rurais o termo de compra das propriedades invadidas por indígenas em Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia e outra para verificar aspectos técnicos empregados na avaliação das propriedades. Estes foram os resultados da mesa de diálogo promovida no Ministério da Justiça nesta quarta-feira (11). Ambas as reuniões foram agendadas para a próxima sexta-feira (13), em Brasília, sendo uma no período matutino e a segunda pela tarde.

O diretor secretário da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL, Ruy Fachini, considera a negociação de compra da área pretendida pela Funai – Fundação Nacional do Índio delicada, mas avalia que a mesa trouxe progresso em aspectos técnicos. “Houve avanço no processo de negociação, mas ainda são necessárias análises criteriosas sobre a avaliação da área em questão. Será necessário esforço conjunto para que o final seja satisfatório”, destacou o diretor da FAMASUL, após reunião no Ministério da Justiça.

Sobre as novas reuniões agendadas pelo Governo Federal, de acordo com a FAMASUL a primeira envolverá questões legais da compra das propriedades invadidas, enquanto que a segunda contará com a participação de representante da Funai, do Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e da empresa contratada pelos produtores rurais para a avaliação da área, para esclarecimento do aspecto técnico na avaliação da área requeridas.

A pretensão da Funai é ampliar a área indígena de 2 mil para 15 mil hectares. Das 30 propriedades pretendidas, 20 estão invadidas pelos indígenas. Segundo consultorias privadas, as 30 propriedades valem em R\$ 130. O valor inicial apresentado pela Funai era de R\$ 78 milhões. O prazo do pelo Governo Federal para apresentar solução definitiva para a compra da área era 6 de junho.

Indígena estende faixa por demarcação na abertura da Copa. Piero Locatelli – Site da Carta Capital, Sociedade. 13/06/2014

Imagem foi ignorada pela transmissão de tevê. Ação foi pensada há cerca de um mês, quando guaranis foram convidados à abertura

Uma criança branca, uma negra e um índio com um cocar entraram juntos na abertura da Copa do Mundo nesta quinta-feira 12. As imagens da televisão mostraram as crianças soltando uma pomba branca minutos antes do início da partida entre Brasil e Croácia. As emissoras omitiram, porém, a imagem do indígena abrindo logo em seguida uma faixa onde estava escrito “demarcação”.

A faixa do jovem de 13 anos lembrava a demora do governo federal para demarcar novas terras indígenas no Brasil. O garoto vive na aldeia Krukutu, na região de Parelheiros, no extremo sul da cidade de São Paulo. No local, os índios moram em situação precária enquanto aguardam a assinatura da demarcação pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que possam ter acesso a uma terra maior. Em uma terra maior, dizem os índios, poderiam retomar seu modo de vida tradicional.

O ato foi pensado há cerca de um mês, quando os organizadores da Copa buscaram os guaranis da cidade para convidá-los a fazer parte da abertura. O convite chegou em meio a uma campanha realizada em todo o Brasil pela demarcação de terras, e os indígenas resolveram aproveitar a oportunidade para mostrarem sua reivindicação.

“Naquele momento, aceitamos o convite e começamos a pensar em fazer alguma coisa na abertura. Nós organizamos que alguém iria entrar com uma faixa escondida, aí falamos para ele: ‘abre a faixa lá e seja o que Deus quiser’ ”, diz Fabio Jekupé, liderança da aldeia indígena.

Fábio conta não ter ficado surpreso com a omissão do ato na televisão. “Eles não querem mostrar isso, querem mostrar só a paz entre os povos para dizer que está tudo bem e está tudo legal, mas a situação aqui não é essa” diz, referindo-se a entrada das três crianças juntas passando uma ideia de paz.

Em meio a uma campanha pela demarcação de terras em todo país, os guaranis dizem que não são contra a Copa. Segundo David Karai, morador da aldeia do Jaraguá em São Paulo, os indígenas não participaram dos atos contra o mundial, mas dizem que o evento foi uma oportunidade para mostrar ao mundo a situação em que vivem. “Os guaranis estão vendo a copa, todos os jogos. Por isso mesmo nós temos que ir pra rua e mostrar que nós estamos vivos, para nós sermos lembrados”.

Com pressão de Kátia Abreu, DNIT pede demolição de acampamento em TO – Site do MST. 13/06/2014

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) do estado de Tocantins entrou com uma ação na Justiça Federal pedindo a reintegração de posse e a demolição total do Acampamento Olga Benário, localizado às margens da BR 153, no município de Fortaleza do Tabocão.

O órgão alega que o acampamento causa insegurança às pessoas que trafegam na rodovia. Iniciado em junho de 2013, os Sem Terra também relatam que desde o início a Polícia Rodoviária tem sido um elemento perturbador das famílias.

Entretanto, os Sem Terra acreditam que a real motivação do pedido de reintegração de posse é política, já que há um consenso entre o proprietário da Fazenda Aragarina, de 20 mil hectares - reivindicada pelos camponeses – e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que está concluindo o laudo de vistoria da área para sua desapropriação.

“O superintendente do DNIT aqui no Tocantins é indicado pela Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), e sabemos que está havendo uma pressão dos ruralistas sobre o DNIT para a remoção do acampamento da BR 153”, disse Antonio Marcos, da coordenação nacional do MST.

Para ele, uma das explicações para essa ofensiva da senadora é o fato de ser um ano eleitoral e de ser um acampamento massivo com cerca de 500 famílias, o que configura numa forte pressão social perto da capital Palmas.

Antonio Marcos também alerta para o fato do Ministério Público Federal ter se posicionado totalmente favorável a reintegração de posse e remoção das famílias.

A Justiça Federal já deferiu o pedido do DNIT, mas ainda falta a decisão final do juiz para o cumprimento do mandato de reintegração de posse do acampamento.

As famílias do Olga Benário afirmam que não irão sair do acampamento e que a luta “deve continuar para que de fato a Reforma Agrária seja feita e as terras voltem para as mãos dos camponeses”, reforçou Antonio Marcos.

Fazenda Dom Augusto

As 250 famílias que haviam ocupado a Fazenda Dom Augusto, no município de Porto Nacional - a 25 km de Palmas – no último sábado (7), sofreram um processo de despejo na manhã desta sexta-feira (13).

Após três anos de análise sobre a documentação da área, conclui-se que a fazenda Dom Augusto não tem documento que justifique o domínio legal dos 3 mil hectares.

O suposto proprietário, Alcides Rebeschini, conseguiu provar ser dono de somente 1.200 hectares com um documento do Instituto de Terras do Estado do Tocantins (Itertins). O resto da propriedade tinha sido grilada.

Na próxima segunda-feira (16) os Sem Terra realizam uma audiência com Incra para discutir a situação da área. As famílias voltaram ao Acampamento Sebastião Bezerra, às margens da rodovia TO-050.

Pequenas propriedades dominam menos de 1/4 da terra agrícola mundial – Site do MST. 13/06/2014

Da Via Campesina

Com frequência, os governos e as agências internacionais alardeiam que os camponeses e povos indígenas controlam a maior fatia da terra agrícola mundial. Quando o diretor geral da Organização para a Agricultura e a Alimentação das Nações Unidas (FAO) inaugurou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, rendeu louvores aos agricultores familiares, mas não mencionou uma única vez a necessidade de uma reforma agrária. Pelo contrário, anunciou que as propriedades familiares já possuíam a maior parte da terra agrícola mundial, a incrível marca de 70%, de acordo com a sua equipe.

Porém, uma nova revisão dos dados, empreendida pela organização GRAIN, revela que o oposto é o correto. As pequenas propriedades, que produzem a maior parte dos alimentos no mundo, encontram-se apertadas em menos de uma quarta parte da terra agrícola mundial, ou em menos de uma quinta parte, caso fique de fora a China e a Índia.

“Com muita rapidez, estamos perdendo propriedades e camponeses, em razão da concentração de terra nas mãos dos ricos e os poderosos”, disse HenkHobbelink, coordenador da organização GRAIN. “A grande maioria das famílias camponesas, hoje, tem menos de dois hectares de terra para plantar, e a proporção se encolhe. Se não revertermos esta tendência, o mundo perderá sua capacidade para alimentar a si mesmo”.

Marina Dos Santos, da Coordenação do Movimento Sem Terra brasileiro e da Via Campesina, disse: “No mundo o campesinato é criminalizado, julgado e até esvanecido quando se trata da luta pela terra. Atualmente, há números alarmantes de mortes que ficam na impunidade. É preocupante como, a partir dos Estados, criaram-se figuras jurídicas como o terrorismo e a sabotagem para amedrontar esta luta. Cotidianamente, estamos expostos à sistemática expulsão da terra, que alcança indistintamente não apenas as e os camponeses que lutam para conquistar a terra, mas também a todo tipo de pequenos agricultores e povos originários. Hoje, o campesinato e os bens naturais são alvo da cobiça dos interesses estrangeiros. Queremos a terra para viver, a terra para produzir, esses são nossos direitos básicos frente ao monopólio nas mãos de corporações que apenas buscam a especulação e o lucro”.

“As pessoas precisam entender que caso continue o atual processo de concentração da terra, então não importa o quanto trabalhadores, eficientes e produtivos sejam, os camponeses simplesmente não poderão continuar existindo”, disse Camila Montesinos, da organização GRAIN. “A concentração da terra agrícola, em menos e menos mãos, está diretamente relacionada com o crescente número de pessoas que passam fome cotidianamente”.

O informe da organização GRAIN também proporciona novos dados que mostram que o campesinato ainda continua proporcionando a maior parte dos alimentos do mundo. Os dados também mostram que são, com frequência, muito mais produtivos que as enormes propriedades corporativas. Se todas as propriedades do Quênia iguallassem os rendimentos de suas pequenas propriedades, a produção agrícola da nação se duplicaria. Na América Central quase triplicaria. São as mulheres as principais produtoras de alimentos, mas seu papel continua marginalizado e sem registro.

As agências internacionais continuam dizendo que necessitamos produzir mais comida, para que possamos alimentar a crescente população. Porém, muito mais comida poderia se produzir, quase de imediato, se as e os camponeses tivessem acesso a mais terra e pudessem trabalhar em um ambiente de políticas públicas que favorecessem o seu trabalho, ao invés das condições de estado de sítio que enfrentam hoje.

“A vasta maioria das propriedades no Zimbábwe pertence aos camponeses e a média de tais propriedades é o resultado de um programa de reforma agrária. Os camponeses do país produzem agora mais de 90% dos diversos cultivos alimentares, ao passo que antes da redistribuição da terra produziam apenas entre 60 e 70%. Mais mulheres possuem terra por direito próprio, o que é chave para a soberania alimentar em qualquer parte”, disse Elizabeth Mpofu, coordenadora geral da Via Campesina.

Necessitamos urgentemente devolver a terra aos camponeses e incentivar uma genuína reforma agrária integral, como centro da luta em favor de melhores sistemas alimentares. Isto é algo pelo qual tem lutado, há muito tempo, as organizações camponesas e os movimentos de povos sem terra

**A tradução é do Cepat.*

MST ocupa terra grilada 29 anos após primeira ocupação em Abelardo Luz. Juliana Adriano – Site do MST. 13/06/2014

Vinte e nove anos após a primeira ocupação do MST em Abelardo Luz, no estado de Santa Catarina, o MST realizou mais uma ocupação no município, na manhã desta sexta-feira (13).

Há mais de dez anos, a área em questão foi grilada de pequenos agricultores pelos fazendeiros Kiko Alécio e Guido Neuso, criando a Fazenda Papuã. Segundo a coordenação do Movimento, “mais uma vez os latifundiários se apossaram de terras que não são deles. Enquanto isso, milhares de famílias ainda esperam um pedaço de chão”.

O MST reivindica a área para fins de Reforma Agrária, e ressaltam a necessidade da justiça tomar rápidas providências frente as irregularidades.

O MST já conquistou 22 assentamentos em que vivem cerca de 1500 famílias em Abelardo Luz, além de quatro escolas, dois postos de saúde e cooperativa de laticínios. Assim, as famílias Sem Terra vêm construindo condições mais dignas de vida.

A coordenação do Movimento reitera que a ocupação foi pacífica e que o clima no local é de tranquilidade. Frisaram também que “enquanto houver latifúndio, nós Sem Terra continuaremos fazendo ocupações”.

Editorial: Combater a escravidão. Editorial – Folha de São Paulo, Opinião. 13/06/2014

Desde 2001 em tramitação no Congresso Nacional, foi enfim promulgada na semana passada a proposta de emenda constitucional que torna mais severa a punição a empregadores que submetam trabalhadores a condições análogas às de escravidão.

Trata-se de um bem-vindo avanço legislativo no combate a essa prática intolerável e renitente. Uma de suas principais inovações é também a força da nova norma: terras ou imóveis em que haja pessoas submetidas a tal situação poderão ser expropriadas e destinadas à reforma agrária ou a programas de habitação popular, sem indenização aos proprietários.

Há mais: impõe-se o confisco de "todo e qualquer bem de valor econômico" encontrado nessas propriedades, sem prejuízo de outras sanções legais ao detentor dos terrenos e imóveis –o Código Penal caracteriza como crime a imposição de trabalho em condição análoga à de escravo, com pena de dois a oito anos para o infrator.

Ainda que já tenham sido incorporadas à Constituição, as novas disposições por ora não terão mais que efeito simbólico. Antes de aplicá-las, é preciso que sejam regulamentadas por lei.

Esse será um passo fundamental para conferir segurança jurídica à iniciativa. Diante de pena tão gravosa, faz-se necessário haver critérios claros, capazes de oferecer tanto a definição precisa do que será considerado trabalho análogo à escravidão como deixar transparente o procedimento em que se dará a expropriação dos bens imóveis.

Nesse ponto, está correta a reivindicação da bancada ruralista de que tal medida seja determinada somente mediante decisão judicial, após o devido processo legal e assegurado o direito de defesa dos proprietários.

Com uma regulamentação sólida, reduz-se o perigo de que fiscais do trabalho determinem expropriações de modo arbitrário e de que irregularidades trabalhistas mais simples sejam de boa-fé enquadradas numa figura extrema.

Não é só no plano jurídico, no entanto, que se devem concentrar as iniciativas contra essa chaga social, que afeta justamente a camada mais vulnerável da população. O país, afinal, já conta com diversas ferramentas legais que reprimem práticas de escravidão.

Torna-se fundamental, agora, aplicar essas normas, o que depende de ampliar equipes de fiscalização, aumentar a vigilância das condições de trabalho e dotar a Justiça de maior eficácia. Só assim a intenção de erradicar o trabalho escravo ganhará a eficiência que merece.

Trabalho escravo: a batalha pela dignidade está longe do fim. Leonardo Sakamoto – Site do MST. 16/06/2014

Da Gazeta do Povo

O Congresso Nacional promulgou, no dia 5, a Emenda Constitucional 81/2014, que prevê o confisco de imóveis urbanos e rurais em que trabalho análogo ao de escravo for encontrado, destinando-os a programas habitacionais urbanos e à reforma agrária. Foi o desfecho de uma batalha que começou em 1995, quando a ideia foi apresentada pela primeira vez. Desde então, mais de 46 mil pessoas foram resgatadas do trabalho escravo pelo governo federal em fazendas, carvoarias, oficinas de costura, canteiros de obra, entre outros empreendimentos.

Mas a guerra pela garantia da dignidade dos trabalhadores está longe do fim. Pois o discurso unânime no Congresso, hoje, em favor da medida esconde o fato de que, ao longo de anos, parte dos parlamentares lutou arduamente nos bastidores para impedir o trâmite da proposta. Agora, esses mesmos deputados federais e senadores lutam para regulamentar a emenda de forma enfraquecida.

Regulamentar é importante. Afinal de contas, quando é que a punição deve ocorrer? Após uma fiscalização, uma decisão de primeira instância, uma decisão colegiada ou uma decisão transitada em julgado? Decisão administrativa, civil, trabalhista, criminal?

De acordo com a lei vigente, são elementos que determinam trabalho escravo: condições degradantes de trabalho (aquelas que excluem o trabalhador de sua dignidade), jornada exaustiva (que impede o trabalhador de se recuperar fisicamente e ter uma vida social – um exemplo são as mais de duas dezenas de pessoas que morreram de tanto cortar cana no interior de São Paulo nos últimos anos), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, retenção de documentos, ameaças físicas e psicológicas, espancamentos exemplares e até assassinatos) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele).

O problema é que querem usar este momento para reduzir os casos que podem ser configurados como trabalho análogo ao de escravo. Há um projeto de regulamentação que tenta adotar um conceito parcial, mais restrito do que aquele que está no artigo 149 do Código Penal, sem condições degradantes e a jornada exaustiva como elementos do

crime. É como se aprovássemos uma lei para punir assassinatos, mas que só valesse para mortes cometidas entre as 12 e as 24 horas. Os defensores disso têm usado justificativas sem sentido, de que pessoas teriam sido resgatadas apenas por falta de copo plástico descartável, colchões adequados ou excesso de horas extras e não por um pacote de violações. O combate ao trabalho escravo em canaviais, oficinas de costura e canteiros de obras serão os principais afetados com a mudança.

A legislação brasileira é considerada pela relatoria das Nações Unidas para formas contemporâneas de escravidão como de vanguarda, pois considera não apenas a liberdade, mas também a dignidade como valores que precisam ser protegidos. Manter o conceito é fundamental para continuarmos avançando. Vale a pena, para garantir mais competitividade, reduzir direitos dos trabalhadores? Melhor não seria unir forças para resolver de vez essa violência contra os direitos humanos em vez batizá-la com outro nome?

**Leonardo Sakamoto é jornalista e doutor em Ciência Política, é membro da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.*

Famílias desintrusadas da Terra Indígena Marãiwatsédé recebem benefício do Minha Casa Minha Vida – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/06/2014

Com investimentos na ordem de R\$ 2,7 milhões, que irá beneficiar 97 famílias, o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) está em pleno funcionamento em Mato Grosso. Os primeiros contratos do programa habitacional no estado foram assinados no Projeto de Assentamento Casulo Vida Nova, em Alto Boa Vista (a 1.059 km de Cuiabá). O Banco do Brasil será o agente financeiro que vai liberar recurso para a construção das moradias às famílias ali assentadas.

O assentamento Casulo Vida Nova foi criado para receber os pequenos produtores rurais que foram desintrusados da Terra Indígena Marãiwatsédé em processo de desocupação ocorrido em 2013. No total, 97 famílias foram selecionadas para receber recursos do MCMV Rural.

“O Incra criou o assentamento Vida Nova com o objetivo de trazer dignidade a essas famílias e consolidar a presença delas no campo”, explica o superintendente regional do Incra em MT, Salvador Soltério de Almeida.

Ações

Almeida também ressalta que o Incra/MT concedeu o Crédito Apoio Inicial/Alimentação e Fomento, no valor de R\$ 3.200 por família e celebrou convênio com a prefeitura de Alto Boa Vista para construção de 6,18 quilômetros de estradas. “Ainda quanto à infraestrutura, mantivemos contato intenso com a coordenação do Programa Luz para Todos para instalação de energia elétrica no local”, completa.

O Minha Casa, Minha Vida atende os trabalhadores do meio rural com renda de até R\$ 15 mil por ano. Para cumprir as exigências do programa, os assentados devem realizar uma assembleia e decidir qual será a entidade organizadora que os representará (prefeitura, sindicato, cooperativa etc.) e o agente financeiro (Banco do Brasil ou Caixa Econômica).

O trabalhador interessado em construir sua casa tem então acesso a um crédito de R\$ 28,5 mil, 96% dos quais é subsidiado. Desse valor, ele terá de pagar ao agente financeiro apenas R\$ 1.140, divididos em quatro anos.

As moradias a serem construídas no projeto de assentamento Casulo Vida Nova seguem um padrão, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. A área total da casa é de 42 metros quadrados.

A coordenação do MCMV no Incra/MT expediu mais de 8 mil autorizações para acesso ao crédito do Minha Casa, Minha Vida em cerca de 140 assentamentos do estado.

Sem-terra seguem por rodovia para manifestações em SP. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Geral. 17/06/2014

Pelo menos trezentos sem-terra seguem em marcha pela rodovia Castelo Branco, no interior de São Paulo, para realizar manifestações em defesa da reforma agrária na capital paulista. O grupo, que integra a Frente Nacional de Luta Campo e Cidade, articulada por José Rainha Junior, do MST da Base, dissidência do Movimento dos Sem-Terra (MST), acampou na tarde desta terça-feira, 17, no município de Iaras, a 296 km de São Paulo.

A coluna avança pelo acostamento da rodovia, sob a escolta de seis viaturas da Polícia Rodoviária Estadual, mas uma das faixas acaba sendo tomada pela manifestação, trazendo efeitos para o trânsito. Os manifestantes seguem com bandeiras vermelhas e faixas contendo mensagens de protesto contra o governo. "Queremos mostrar à sociedade que o dinheiro gasto nos estádios da Copa poderia estar servindo para assentar famílias que vivem em extrema pobreza", disse Rainha Júnior.

Os sem-terra estão em marcha desde o dia 8, quando partiram de Assis, no oeste paulista. A chegada à capital está prevista para o dia 28 deste mês. De acordo com Rainha, os manifestantes devem se encontrar com movimentos de sem-teto da Grande São Paulo, mas a agenda só será definida com alguns dias de antecedência. Ele disse que o destino final da marcha é a Praça da Sé, no centro da capital. Criada em fevereiro deste ano, a Frente tem sede em Brasília, no Setor Comercial Sul.

FAEA tenta impedir invasões em terras produtivas de Boca do Acre – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos fundiários. 18/06/2014

Os produtores rurais do município de Boca do Acre, região conhecida pela produção bovina no Sul do Amazonas, vem enfrentando diversos problemas sociais e ambientais com a invasão de terras altamente produtivas, de acordo com o Sindicato Rural (SIRBA). A denúncia foi feita por produtores e comprovadas por fotos e depoimentos relatados, na última semana, durante um encontro realizado na Exposição Agropecuária do município (EXPOBOCA).

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA), Muni Lourenço, esteve no município e conversou com os produtores que estão sendo afetados. Como legítima representante da classe agropecuária amazonense, a FAEA através de seu presidente, entregou ao desembargador presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Ari Jorge Moutinho, um ofício relatando as invasões nas terras produtivas de Boca do Acre.

“Nosso objetivo é tentar coibir movimentos à margem da Lei, que vem promovendo invasões de fazendas produtivas localizadas nos municípios de Boca do Acre e Sul de Lábrea, situação que vem ocasionando grande intranquilidade e insegurança jurídica aos produtores rurais da região”, declarou o presidente da FAEA, Muni Lourenço.

No ofício encaminhado, Muni Lourenço, também descreve que “existem cinco ações de reintegração de posse em tramitação perante a comarca de Boca do Acre. De acordo com os boletins de ocorrência, o movimento vem gerando desmatamento em áreas de reserva legal das fazendas”. No documento apresentado, também foi pleiteada a revogação do Provimento da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça que prevê manifestação prévia do INCRA e ITEAM para concessão de liminares de reintegração de posse.

O presidente do Sindicato Rural (SIRBA), Ildo Gardingo, acompanhou a reunião e disse que os produtores se sentem inseguros com a situação. Também afirmou estar feliz com o desfecho do encontro.

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Ari Jorge Moutinho, declarou na reunião que a reivindicação é justa. “Desde o primeiro dia do meu mandato tenho coibido de forma enérgica as invasões aqui na capital e tenho recomendado a todos os colegas. Não estímulo, não aceito e estou sempre vigilante para coibir. O direito de propriedade é sagrado. As terras produtivas devem ser respeitadas. Já estou encaminhando hoje mesmo para o corregedor, no máximo terça feira, para revogar o provimento”, disse.

“Nós gostaríamos de apoiar a FAEA e a Prefeitura a conseguir conter, porque se a gente deixar solto a entrada desordenada a ocupação, vai haver um aumento do desmatamento. Com o objetivo principal de fazer a nossa agenda fortalecida de sustentabilidade e preventiva”, declarou a secretária, Kamila Amaral, dirigente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável (SDS).

MST conquista a criação de novo assentamento no Rio Grande do Sul – Site do MST. 20/06/2014

Da Pagina do MST*

As 34 famílias Sem Terra do MST acampadas na fazenda Santa Verônica, em Santa Margarida do Sul, a 300 quilômetros de Porto Alegre, enfim conquistaram o tão esperado assentamento e o direito a um lote de terra para produzir o sustento de suas famílias.

O anúncio foi feito na segunda-feira (16), pelo presidente do Incra, Carlos Guedes, que esteve no local do futuro assentamento para entregar aos agricultores a portaria que destina a fazenda à Reforma Agrária.

A publicação do documento foi realizada na sexta-feira (13/06), no Diário Oficial da União (DOU).

Com a aquisição da área pelo Incra, a fazenda de 955 hectares se transformada no assentamento Santa Verônica, abrigando 34 famílias de trabalhadores Sem Terra.

Outras áreas

Em reunião com uma comissão de trabalhadores do MST, durante o anúncio do assentamento, o presidente do Incra também se comprometeu que no prazo de dez dias a autarquia vai apresentar uma solução para o impasse de duas fazendas ocupadas no estado.

Uma que pertenceria à Varig, em Cruz Alta, e a fazenda do advogado Maurício Dal Agnol, foragido da Justiça brasileira, em Passo Fundo. Além de apresentar uma proposta de convênio com o governo do RS para aquisição de outras áreas ocupadas pelos Sem Terra para o assentamento das cerca de 2.200 famílias acampadas no estado.

O presidente do Incra apresentou um cronograma de implantação do assentamento e afirmou que os assentados terão direito a um conjunto de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida e condições produtivas.

Nova fase

A criação do assentamento Santa Verônica melhora as perspectivas de vida para o ex-acampado Tiago Ardenghi, de 28 anos. Filho de agricultores familiares de Palmeira das Missões, ele e a esposa Josiane fazem parte de um grupo de cinco famílias que produzem leite e panifícios para vender na cidade.

O projeto coletivo também prevê uma horta comercial. “Como assentados, vamos ter os lotes demarcados, além de receber créditos e financiamentos para fortalecer a produção”, planeja.

O escoamento é outro dos itens previstos. “Pretendemos vender para mercados institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nosso sentimento é de que no assentamento temos que produzir alimentos para o povo da cidade”, revela Ardeghi.

Os municípios de Santa Margarida do Sul e São Gabriel abrigam outros nove assentamentos com capacidade para 721 famílias, onde inclusive existem experiências produtivas voltadas sobretudo ao leite e arroz orgânico.

* Com informações da Assessoria de Imprensa do Incra/MDA

Rio Grande do Sul conta com mais dois projetos de assentamento – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/06/2014

A Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul (Incra/RS) criou, nesta segunda-feira (23), o assentamento Conquista das Missões, localizado em São Borja, que vai receber 16 famílias. A área, de 434 hectares, pertencia à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e foi obtida por meio de Termo de Transferência, conforme Portaria nº 14 publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Na semana passada, foi oficializado também o assentamento Santa Verônica, em Santa Margarida do Sul, a 300 quilômetros de Porto Alegre. O presidente do Incra, Carlos Guedes, esteve no local no último dia 16 para entregar aos agricultores a portaria de destinação do imóvel à reforma agrária, publicada no Diário Oficial da União do último dia 13.

A área foi incorporada em ação promovida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na qual o Incra assegurou os recursos para débitos trabalhistas da proprietária anterior, uma empresa do setor de informática. A conclusão do processo permitiu que o imóvel de 955 hectares fosse transformado no assentamento Santa Verônica, abrigando 34 famílias de agricultores, que já estão em processo de homologação pelo Instituto.

Na cerimônia festiva de abertura oficial das porteiras para o público atendido, o presidente do Incra apresentou um cronograma de implantação do assentamento. Além disso, lembrou que os agricultores ingressam em um conjunto de políticas articuladas cujo objetivo é proporcionar qualidade de vida e condições produtivas. “É isso que o Brasil espera da reforma agrária, produção de alimentos para a população e vida digna para os assentados”.

Juntamente com a terra, os assentados terão direito a medidas de respaldo, especialmente na fase de implantação do projeto. Nesse conjunto, estão o crédito Instalação - concedido pelo Incra para segurança alimentar e início das atividades produtivas – assistência técnica e programas voltados à infraestrutura como Água para Todos, Luz para Todos e Minha Casa Minha Vida. Requisito de acesso às demais

políticas públicas, a inclusão das famílias no Cadastro Único (CadÚnico) será providenciada em parceria com a prefeitura.

O superintendente regional do Incra/RS, Roberto Ramos, considera que o Santa Verônica insere-se em um contexto favorável de desenvolvimento. “Os beneficiários serão os primeiros do Estado a usar o Cartão do Assentado - apresentado no lançamento do Plano Safra 2014/2015 -, operacionalizando um pacote de créditos de forma mais ágil, desburocratizada e com mais autonomia às famílias”.

Outra característica positiva é a localização. Os municípios de Santa Margarida do Sul e São Gabriel abrigam outros nove assentamentos com capacidade para 721 famílias, onde inclusive existem experiências produtivas voltadas sobretudo ao leite e arroz orgânico. “Dessa forma, o novo assentamento incorpora-se a um processo amadurecido de reforma agrária”, analisa Ramos.

Nova fase

A formalização do assentamento Santa Verônica melhora as perspectivas de vida para Tiago Ardenghi, de 28 anos. Filho de agricultores familiares de Palmeira das Missões, ao ser incluído na relação de beneficiários, ele e a esposa, Josiane, ajudaram a organizar um grupo de cinco famílias que produzem leite e panifícios para vender na cidade. O projeto coletivo também prevê uma horta comercial. “Como assentados, vamos ter os lotes demarcados, além de receber créditos e financiamentos para fortalecer a produção”, planeja.

O grupo já providenciou análise do solo do imóvel para saber quais os nutrientes necessários para melhorar a fertilidade. O escoamento é outro dos itens previstos. “Pretendemos vender para mercados institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nosso sentimento é de que no assentamento temos que produzir alimentos para o povo da cidade”, revela Ardenghi.

Imóvel

Com relevo plano e solo apto tanto para pastagem quanto grãos, a fazenda Santa Verônica foi considerada adequada para receber 34 famílias de agricultores. O número é indicado no estudo da Capacidade de Geração de Renda do Imóvel (ECGR), realizado por técnicos do Incra/RS como um dos documentos exigidos nos processos de criação dos assentamentos federais.

Assentamento

O último assentamento federal - Construtores da Palma - criado no Estado foi em 2012, em Capão do Leão. Neste ano, além da criação destes dois PAs, o Incra/RS também reconheceu outros dois assentamentos estaduais: o Elton Brum, com 10 famílias em Encruzilhada do Sul, e o Bela Vista, em Sananduva, que reúne 25 famílias.

Funai deve ser multada em mais de R\$ 1,7 mi por não demarcar terras indígenas – Site do MST. 25/06/2014

Do MPF/MS

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul irá pedir execução judicial de multa contra a Fundação Nacional do Índio (Funai), por descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2007, prevendo a demarcação dos territórios indígenas em Mato Grosso do Sul. A multa diária é de mil reais e o valor acumulado chega a R\$ 1,716 milhão (calculado em 13/06).

Como a multa representa perda de patrimônio da União e consequente prejuízo a toda a sociedade, o MPF oficiou a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, para que esclareça a expressão “(...) devem ser observados ajustes cronológicos, em consonância ao contexto sociopolítico hoje encontrado para atuação indigenista na Unidade federada em referência”. Especificamente, se houve ordem, escrita ou verbal, emanada da Casa Civil da Presidência da República e/ou do Ministério da Justiça, para que o TAC não fosse cumprido.

O MPF também peticionou à Justiça pela responsabilização pessoal da presidente, com estabelecimento de multa, por descumprimento de decisão judicial que determinou que a Funai se manifestasse sobre prazos e condições em que faria a demarcação das terras indígenas em MS.

O descumprimento de acordos assinados e, posteriormente, executados judicialmente, lança sombras sobre a eficácia das mesas de diálogo realizadas pelo governo federal para mediar conflitos indígenas.

Entenda o caso

Em 12 de novembro de 2007, a Funai assinou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Federal, que estabeleceu uma série de obrigações para a Fundação, que deveriam resultar na entrega de relatórios de identificação e delimitação de terras indígenas no estado, em 30 de junho de 2009. A Funai também deveria ter encaminhado ao Ministro da Justiça, até 19 de abril de 2010, os procedimentos referentes à demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. Nada foi feito.

Muito índio, pouca terra indígena

Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país, cerca de 70 mil pessoas divididas em várias etnias. Apesar disso, somente 0,2% da área do estado é ocupada por terras indígenas. As áreas ocupadas pelas lavouras de soja (1.100.000 ha) e cana (425.000 ha) são, respectivamente, dez e trinta vezes maiores que a soma das terras ocupadas por índios em Mato Grosso do Sul.

A taxa de mortalidade infantil entre a etnia guarani-kaiowá é de 38 para cada mil nascidos vivos, enquanto a média nacional é de 25 mortes por mil nascimentos. Já a

taxa de assassinatos - cem por cem mil habitantes - é quatro vezes maior que a média nacional, enquanto a média mundial é de 8,8. O índice de suicídios entre os guarani-kaiowá é de 85 por cem mil pessoas.

Em Dourados, há uma reserva com cerca de 3600 hectares, constituída na década de 1920. Existem ali duas aldeias - Jaguapiru e Bororó - com cerca de 12 mil pessoas. A densidade demográfica é de 0.3 hectares/pessoa. O procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida aponta que "esta condição demográfica é comparável a verdadeiro confinamento humano. Em espaços tão diminutos é impossível a reprodução da vida social, econômica e cultural.

Incra/MS cumpre imissão em posse de três imóveis na comunidade quilombola Furnas do Dionísio – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/06/2014

Servidores do Incra em Mato Grosso do Sul, acompanhados de Oficiais de Justiça e agentes da Polícia Federal, foram à comunidade quilombola Furnas do Dionísio para dar cumprimento na imissão em posse de três imóveis intrusos à área quilombola, que está localizado no município de Jaraguari (MS), distante 35 Km da capital Campo Grande.

Segundo Mauro Jacob, servidor do Incra, a operação, que ocorreu no dia 17 de junho, transcorreu dentro da normalidade e apenas uma das áreas não pode ser imitada em posse porque o Mandado de Imissão determinava que o Incra fosse imitado apenas na área titulada do imóvel, ou seja, em apenas 23 de um total de 59 hectares. Entretanto, com base nas matrículas apresentadas, não é possível reconstituir os perímetros das áreas tituladas e dessa forma, não é possível extremar a área titulada da área total do imóvel. A área total da comunidade é de 1.018,27 hectares, sendo que as áreas ainda em posse de proprietários não-quilombolas constituem 75,2 hectares.

Furnas do Dionísio possui certificação expedida pela Fundação Cultural Palmares; Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado; Portaria de Reconhecimento do Território editada; Decreto Presidencial publicado declarando a área de Interesse Social; avaliação dos imóveis de não-quilombolas incidentes ao território finalizada, bem como a cadeia sucessória dominial.

Existem, hoje, na Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso do Sul, 18 comunidades com seus processos de regularização fundiária em andamento, sendo que duas já obtiveram seus títulos expedidos pelo Instituto, que são: Comunidade Negra Rural Quilombola Chácara dos Buritis em Campo Grande e a Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel em Maracaju. Outras duas, possuem título expedido pela Fundação Cultural Palmares: Comunidade Furnas da Boa Sorte (Corguinho) e Furnas do Dionísio (Jaraguari).

História

A comunidade foi fundada em 1901, por Dionísio Antônio Vieira, ou apenas “Véio Dionísio”, assim chamado por Dona Iracema, uma simpática moradora de 65 anos, que nunca se distanciou da comunidade. Ela conta que seu bisavô, ex-escravo, oriundo de Minas Gerais, deslocou-se com sua família na expectativa de encontrar solo produtivo no qual pudesse garantir a subsistência de seus familiares. O que ele encontrou foi muito mais do que uma terra fértil. A região escolhida por Dionísio possui paisagens naturais singulares, que surpreendem por tamanha beleza.

Furnas é constituída de pequenos sítios e chácaras, onde atualmente vivem cerca de 400 moradores, agrupados em 86 famílias que, assim como Dona Iracema, descendem diretamente de Dionísio. São eles, os “dionísios”, o maior tesouro desta comunidade.

Por meio da preservação das raízes e costumes herdados de seus fundadores, os moradores conseguem ter uma rotina muito parecida com a que tinham nos tempos de Dionísio. Apesar da idade, Dona Iracema ainda se levanta bem cedo para arar a terra e mudar o gado de pasto, enquanto seu marido cuida do engenho, de onde vem a maior parte do sustento da família. A produção de mandioca, cana-de-açúcar e seus derivados são a principal fonte de renda da comunidade, já que o excedente desta produção é comercializado com o Ceasa, na capital Campo Grande, ou vendida a visitantes.

Incrá titula 334 assentados de Brasiléia (AC) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/06/2014

A Superintendencia Regional do Incra/AC realizou, durante este fim de semana (22 e 23), um mutirão pra entrega de títulos de propriedade da terra para assentados da reforma agrária em assentamentos do município acreano de Brasiléia.

No primeiro deles, o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Santa Quitéria, houve assinatura da relação de beneficiários e entrega da propriedade do imóvel da Associação de Produtores. A medida beneficiou 291 assentados e, na ocasião houve também audiência pública com o superintendente do Incra no Acre, Reginaldo Ferreira.

Já os produtores rurais extrativistas e representantes de associações do PAE Santa Quitéria receberam orientações sobre como se organizar para acessar o Crédito Mulher, Crédito fomento e os procedimentos legais a partir do recebimento do Título da Terra.

Donos

O casal Angélica Neiva e Donizete Gomes Siqueira e seus quatro filhos, esclarecem que nasceram e viveram na região e consideram este momento, o mais feliz de suas vidas. Segundo eles, com o recebimento do título eles se sentem realmente donos de sua propriedade.

A principal reivindicação dos trabalhadores foi com relação a recuperação dos acessos, pois conforme o convênio vigente entre Incra e governo do Estado através do Deracre está previsto a recuperação de oito km de acesso.

O PAE Santa Quitéria foi criado em 1988, no km/84 da BR-317, sentido Assis Brasil, compreendendo uma área de 43 mil hectares, sendo uma parte em Brasília e outra em Assis Brasil.

Nos demais assentamentos, todos em Brasília foram entregues um total de 19 Títulos de propriedade para o PA Fortaleza e 14 para o PA Princesa. Mais quatro para o PAs Três Meninas e seis para o PA Pão de Açúcar.

Inkra pede reintegração de posse de sua sede em Brasília. Agência Brasil – Valor Econômico, Agronegócios. 25/06/2014

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) entrou na Justiça na tarde desta quarta-feira (25) com pedido de reintegração de posse de sua sede em Brasília. O prédio foi ocupado por integrantes do Movimento Brasileiro dos Sem-Terra (MBST) e da Frente Nacional de Luta, Campo e Cidade. Eles impediram a entrada de funcionários.

Em nota, o Incra informou que desde abril tem recebido representantes dos movimentos sociais do campo para discutir suas reivindicações e que a maioria delas está em andamento. Informou também que somente após a desocupação de terras será possível agendar reuniões e manter diálogo com as lideranças que representam o movimento.

O grupo de 100 pessoas chegou ao local por volta das 6h de hoje e disse que só deixará o prédio após ser recebido pelo presidente do Incra. Na pauta de reivindicações estão a reestruturação dos assentamentos, a renegociação de dívidas, a liberação de crédito e a destinação de mais terras para a reforma agrária.

MPF recomenda regularização das terras ocupadas pela comunidade de Retireiros do Araguaia (MT) – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 27/06/2014

O Ministério Público Federal (MPF) em Barra do Garças (MT) encaminhou uma recomendação à Superintendência do Patrimônio da União (SPU) em Mato Grosso para que faça a regularização da área tradicionalmente ocupada pela comunidade de Retireiros do Araguaia, no município de Luciara, em Mato Grosso. A SPU tem 30 dias para informar o atendimento da recomendação do MPF.

(MPF)

O procurador da República Wilson Rocha Assis estabeleceu prazo de 30 dias para que a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) se manifeste sobre o acatamento da recomendação, ou, em caso de não atendimento, as razões que justificam a decisão.

Caso a recomendação não seja cumprida, o MPF poderá adotar medidas judiciais para garantir a adequada proteção da comunidade tradicional dos Retireiros do Araguaia.

A recomendação do MPF é para que se proceda à identificação das áreas de propriedade da União ocupadas tradicionalmente pela comunidade, com a consequente criação do Registro de Imóvel Patrimonial (RIP), a ser registrado no sistema próprio do governo

federal (Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA), , conforme previsto na Portaria SPU nº 89/2010, que disciplina a utilização e o aproveitamento de imóveis da União em favor de comunidades tradicionais com o objetivo de possibilitar o uso racional e sustentável dos recursos naturais voltados à subsistência dessa população.

Após o registro, o MPF recomenda que a União faça a outorga do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) da gleba de terras em favor da Associação dos Retireiros do Araguaia, entidade que representa a Comunidade Tradicional dos Retireiros do Araguaia junto à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

A área que o MPF busca a regularização fundiária e a garantia do direito de uso pela comunidade de retireiros fica no município de Luciara, na região do vale do rio Araguaia, na fronteira leste de Mato Grosso, divisa com o estado do Tocantins. A comunidade dos retireiros possui uma estreita ligação com as áreas inundáveis do rio, onde praticam uma pecuária de subsistência.

Tensão na área

Em setembro de 2013, diversos atentados violentos foram cometidos contra membros da comunidade de retireiros, professores e estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso que estudam a região, durante manifestações planejadas e organizadas pela associação de produtores contrárias à proposta de criação de uma reserva de desenvolvimento sustentável na região de Luciara (MT). Oito pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal por associação criminosa, ameaça, sequestro e cárcere privado.

MDA continua a gerir regularização na Amazônia Legal. Luci Ribeiro – O Estado de São Paulo, Geral. 27/06/2014

O governo federal decidiu que as competências relacionadas à regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal ficarão sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por mais três anos, segundo decreto publicado no Diário Oficial da União.

As atribuições de coordenar, normatizar e supervisionar esse processo eram, originalmente, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas, desde 2009, haviam sido transferidas, em caráter extraordinário, para o MDA. O decreto desta sexta-feira apenas renova essa transferência.

O documento ainda prevê como competências do MDA a expedição de títulos de domínio correspondentes e doações previstas em lei, "mantidas as atribuições do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão".

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa